

# Bandeiras arco-íris não vão encobrir o genocídio

Até o final de 2023, eu exibia uma bandeira arco-íris — o símbolo do orgulho e da solidariedade queer — no meu perfil do Twitter/X, mas quando comecei a me manifestar publicamente em apoio a Gaza e ao povo palestino, esse símbolo foi usado contra mim. Em vez de debate fundamentado em fatos e razão, meus posts atraíram ataques *ad hominem* projetados para me desacreditar e silenciar. Alguns vinham embrulhados em preocupação: «Você sabe o que fazem com gays em Gaza». Outros eram diretos e cruéis, com memes como «Queers for Palestine é como frangos para o KFC» ou o clichê batido de que eu seria «jogado do telhado» se estivesse lá. Foi uma experiência compartilhada — e corroborada — por muitos outros.

Essa narrativa não é apenas redutiva; é manipulativa politicamente, historicamente desonesta e factualmente incorreta. A alegação repetida de que pessoas queer são executadas sendo jogadas de telhados em Gaza **não se baseia em nenhum caso verificado** envolvendo palestinos ou as autoridades governantes em Gaza. Em vez disso, vem de **vídeos de propaganda do ISIS** — não do Hamas, muito menos da população palestina em geral. **Não há evidências confiáveis** de que execuções públicas de pessoas queer tenham ocorrido da maneira sugerida pelos críticos.

O que testemunhamos é um caso de manual de **pinkwashing**: a instrumentalização dos direitos LGBTQ+ para desviar ou deslegitimar uma luta por justiça. É um truque retórico que diz às pessoas queer que devem escolher — direitos queer **ou** libertação palestina, mas não ambos.

## Homossexualidade e Islã: além da narrativa instrumentalizada

Grande parte do ataque retórico contra pessoas queer que apoiam a Palestina baseia-se em generalizações amplas sobre o Islã e sua suposta hostilidade excepcional às pessoas LGBTQ+. A implicação é que a identidade queer e a fé islâmica são inerentemente incompatíveis, e que a solidariedade com uma população de maioria muçulmana é ingênua ou até autodestrutiva para pessoas LGBTQ+.

Esse enquadramento não é apenas islamofóbico; é também historicamente e teologicamente insustentável. A jurisprudência islâmica tradicional, como muitos sistemas jurídicos religiosos, desencoraja atos entre pessoas do mesmo sexo. O Alcorão refere-se ao povo de **Lut**, frequentemente citado como condenação ao comportamento sexual entre homens. No entanto, esses versos são muito mais ambíguos do que apresentados. Eles focam em **falta de hospitalidade, coerção e corrupção**, não em amor consensual ou identidade se-

xual. Diferente de Levítico 20:13 na Bíblia hebraica — «Se um homem se deitar com outro homem como com mulher, ambos cometeram abominação; certamente serão mortos» —, o Alcorão **não prescreve punição** para intimidade entre pessoas do mesmo sexo.

Os **hadiths** (ditos atribuídos ao Profeta Maomé, que a paz esteja com ele), que informam grande parte da lei islâmica, contêm referências variadas e muitas vezes disputadas ao comportamento entre pessoas do mesmo sexo. Importante: **não há registro durante a vida do Profeta** de alguém punido por ser gay. Os ensinamentos éticos islâmicos tradicionalmente enfatizavam **privacidade, discrição e arrependimento**, não vigilância ou humilhação pública.

Na verdade, a civilização islâmica tem uma história rica e complexa em relação a gênero e sexualidade. A poesia árabe clássica abunda em imagens homoeróticas. O misticismo sufista, com suas metáforas de amor divino, muitas vezes transcende binários rígidos de gênero. Acadêmicos como **Scott Siraj al-Haqq Kugle** e **Amina Wadud** ofereceram reinterpretações progressistas da história de Lut, argumentando que condena violência sexual coercitiva, não amor consensual entre pessoas do mesmo sexo.

Essa diversidade de interpretação é vivida, não apenas teórica. Muçulmanos queer existem, se organizam, resistem e prosperam. A instrumentalização do Islã para desacreditar pessoas queer pró-Palestina não apenas apaga essas vozes; reduz toda uma tradição de fé a um porrete na guerra cultural.

## **Raízes coloniais da criminalização: uma cronologia da homofobia importada**

A ideia de que a homofobia institucionalizada é uma característica intrínseca das sociedades árabes ou islâmicas desmorona sob escrutínio. O registro histórico mostra que **sistemas jurídicos islâmicos pré-modernos não criminalizavam a homossexualidade da mesma forma que a Europa**. Em vez disso, a codificação de leis anti-LGBTQ+ no mundo árabe remonta ao **colonialismo europeu**, não ao Alcorão.

Ao longo de séculos de domínio islâmico — dos Omíadas aos Otomanos — não existia um código penal unificado que proibisse a intimidade entre pessoas do mesmo sexo. Atitudes sociais podiam ser conservadoras, e eruditos religiosos debatiam a moralidade de vários comportamentos, mas os sistemas jurídicos dessas sociedades **raramente priorizavam a vigilância do comportamento sexual privado**, especialmente quando não ameaçava a ordem pública. Além disso, as ricas tradições literárias e artísticas do mundo árabe-islâmico — cheias de poesia homoerótica, amizades íntimas entre homens e representações de desejo entre pessoas do mesmo sexo — revelam um espaço cultural complexo e às vezes contraditório, mas **não moldado pela perseguição jurídica de pessoas queer** como na Europa.

Em contraste, na **Europa cristã**, atos homossexuais foram criminalizados agressivamente, muitas vezes sob pena de morte. Sistemas jurídicos medievais e modernos iniciais — da Inquisição ao *common law* britânico — prescreviam punições horrendas por “sodomia”, in-

cluindo queima, enforcamento e mutilação. Em algumas áreas, como territórios controlados pelos Habsburgos ao longo do rio Danúbio, registros históricos descrevem suspeitos de homossexualidade condenados a **remar barcos rio acima** como forma de execução por exaustão e exposição. Essas punições não eram marginais, mas **institucionalizadas**, sancionadas tanto pela igreja quanto pelo estado.

Quando potências europeias colonizaram o mundo árabe, exportaram esses códigos jurídicos. A Palestina é um exemplo principal:

Período	Status jurídico da homossexualidade na Palestina
Pré-1917	<b>Não criminalizada</b> sob a lei otomana
1929	Mandato britânico impõe <b>Seção 152</b> (anti-sodomia)
1951	<b>Descriminalizada na Cisjordânia</b> sob o Código Penal jordano
1967–atual	Gaza mantém o código da era britânica; <b>nenhum processo conhecido desde 1994</b> (HRW)

Esse arco histórico é crucial: **a perseguição jurídica de pessoas queer na Palestina começou sob domínio britânico**, não sob governo islâmico. Hoje, Gaza mantém tecnicamente a lei da era colonial, mas **não houve processos registrados sob ela por décadas**. Enquanto isso, o **Estado de Israel**, frequentemente aclamado como refúgio queer, **negou asilo a mais de 99% dos solicitantes queer palestinos**. O contraste revela o vazio do “Brand Israel” — uma narrativa que usa direitos LGBTQ+ para **encobrir ocupação e apartheid**.

Entender essa história importa. Desafia a narrativa simplista que postula uma divisão civilizacional entre um Ocidente queer-friendly e um Oriente homofóbico. Também reafirma a agência de pessoas queer árabes e muçulmanas que não são vítimas de sua cultura, mas sobreviventes de **tanto repressão doméstica quanto violência colonial importada**.

## Alan Turing: o espelho ocidental

Para compreender plenamente a crueldade e o absurdo de criminalizar a existência queer, basta olhar uma das histórias mais trágicas e reveladoras do século XX: a de **Alan Turing**. Hoje, o nome de Turing é amplamente reconhecido pelo **Teste de Turing**, um conceito fundamental em inteligência artificial e base dos sistemas CAPTCHA modernos. Mas seu verdadeiro legado vai muito além — foi o brilhante matemático e criptoanalista que **projetou a máquina que quebrou o código Enigma alemão**, uma contribuição decisiva para a vitória aliada na Segunda Guerra Mundial.

O trabalho de Turing em **Bletchley Park** permaneceu classificado por anos, mas agora se entende que **encurtou a guerra em até dois anos**, salvando milhões de vidas. Em qualquer sociedade justa, teria sido celebrado como herói nacional, honrado em vida e lembrado com gratidão e respeito. Mas Alan Turing era gay. E na Grã-Bretanha dos anos 50, **isso era crime**. Como muitos homens gays de sua época, Turing foi forçado a viver uma vida dupla — escapando de casa para encontros secretos com parceiros.

Quando Turing denunciou um roubo em sua casa, suspeitando do envolvimento de seu parceiro mais recente, Arnold Murray, acabou revelando o relacionamento durante interrogatório policial. O que começou como uma investigação rotineira de bens roubados rapidamente se transformou em um processo por **“indecência grave”** — a mesma acusação que destruiu Oscar Wilde. O detetive principal, vendo o caso sair do controle, mais tarde se desculpou com Turing, lamentando que sua cooperação tivesse desencadeado uma maquinaria judicial imparável.

Apesar de seu serviço de guerra e genialidade científica, Turing foi julgado e condenado. O tribunal ofereceu uma escolha: prisão ou castração química. Ele escolheu o último — um suposto “tratamento” envolvendo estrogênio sintético para suprimir a libido. Os efeitos colaterais foram horrendos. Turing sofreu **ginecomastia (desenvolvimento de seios), depressão e declínio mental**. A mente vibrante que ajudou a salvar a Europa do fascismo agora estava sendo corroída pela crueldade sancionada pelo estado. Em 1954, aos 41 anos, **Turing tirou a própria vida** mordendo uma maçã embebida em cianeto.

Décadas depois, após clamor público e um lento acerto de contas nacional, Turing recebeu um perdão real póstumo. Mas a história não pode ser desfeita. Um homem que deu tudo a um país que o pagou com vergonha e punição foi perdido — não na guerra, mas pelas mesmas leis que pretendiam proteger a sociedade. A história de Turing não é apenas tragédia — é acusação. A criminalização de vidas LGBTQ+ nunca foi sobre proteção. Sempre foi sobre **controle, medo e vigilância do desejo**. E quando vozes ocidentais condenam hoje outras culturas por homofobia, o fazem com **memória seletiva**. As leis que mataram Turing nasceram em Londres, não em Meca, e sua morte é uma refutação solene ao mito da superioridade moral ocidental.

## Violência de gênero e o mito do patriarca civilizado

Quando comentaristas ocidentais enquadram sociedades árabes e muçulmanas como únicas em serem “bárbaras” ou “atrasadas” em questões de direitos humanos, raramente falam a partir da honestidade histórica. Isso não é apenas enganoso — é projeção. As mesmas sociedades que hoje reivindicam superioridade moral mantiveram, até alarmantemente recente, normas profundamente violentas e patriarcais dentro de seus próprios sistemas jurídicos — muitas vezes com a força do estado por trás.

Tomemos, por exemplo, o tema da **violência doméstica e estupro conjugal**. Nas sociedades árabes e muçulmanas, embora sempre houvesse estruturas patriarcais — como em todas as culturas —, a ideia de que um homem tinha direito ilimitado de bater ou estuprar sexualmente sua esposa era **socialmente inaceitável**, mesmo que nem sempre criminalizada. Quando um homem cruzava essas linhas — batendo na esposa, ferindo os filhos ou comportando-se violentamente —, seu comportamento frequentemente enfrentava **intervenção comunitária**. Anciãos, familiares ou pares o confrontavam; se persistisse, esposa e filhos podiam buscar refúgio com **família estendida, amigos ou vizinhos** sem vergonha social.

Entendia-se: certos comportamentos simplesmente tornavam um homem **indigno de ser chefe de família**, independentemente da intervenção estatal.

Compare isso com **Europa e América do Norte** no início e meados do século XX. Em países como Reino Unido, França e Estados Unidos, a lei reconhecia os “**direitos conjugais**” do marido — um eufemismo para **estupro conjugal**, que não foi reconhecido como crime em muitos países ocidentais até **o final do século XX ou mesmo início do XXI**. No Reino Unido, **estupro conjugal foi legal até 1991**. Em partes dos EUA, **até os anos 90 ou mais tarde**. Essas leis não apenas permitiam o abuso — o codificavam.

O castigo corporal de esposas e filhos não era apenas tolerado — era **promovido abertamente**. Homens recebiam autoridade legal sobre suas famílias; violência como disciplina era considerada um exercício privado, até responsável, desse poder. Um homem podia bater na esposa por “responder mal”, negar-lhe autonomia e isolá-la legalmente do mundo exterior. Se uma mulher fugia de um marido abusivo, arriscava perder filhos, propriedade e posição social. Isso não é história antiga. Eram as leis **durante e após a Segunda Guerra Mundial**, nos mesmos países que criminalizavam a homossexualidade, colonizavam o Sul Global e **diziam ao mundo que eram o padrão de civilização**.

Então, quando críticos ocidentais modernos levantam direitos LGBTQ+ ou de mulheres como prova de superioridade moral ocidental sobre sociedades árabes ou muçulmanas, a hipocrisia é espantosa. Não apenas tais direitos são **desenvolvimento recente e duramente conquistado** no próprio Ocidente; o enquadramento apaga **sistemas existentes, culturalmente enraizados de responsabilidade** que existiram em sociedades não ocidentais por gerações. O apagamento desse contexto não é acidental. Permite que potências ocidentais mantenham a ilusão de liderança civilizatória enquanto ignoram **sua própria história e o dano que infligiram** às sociedades colonizadas — muitas vezes destruindo ou deslocando as mesmas estruturas comunitárias que outrora ofereciam proteção.

## Pinkwashing como arte de Estado

A campanha “Brand Israel”, lançada em 2005 pelo Ministério das Relações Exteriores, promovia explicitamente Tel Aviv como um refúgio amigável a gays. Esse esforço não era orgulho orgânico; era **propaganda estatal**. Enquanto exibia bandeiras arco-íris no exterior, Israel **cortava fundos para serviços LGBTQ+ locais** e continuava a oprimir palestinos sob ocupação. Grupos queer israelenses como **Black Laundry (Kvisa Shchora)** protestaram contra essa apropriação, recusando-se a permitir que suas identidades fossem usadas para branquear o apartheid. Como disseram ativistas da Black Laundry:

«Não se pode celebrar o Orgulho em terra ocupada. Nossa libertação não pode vir às custas da opressão de outro povo».

Da mesma forma, organizações queer palestinas como **alQaws** e **Palestinian Queers for BDS (PQBDS)** rejeitaram há muito tempo o pinkwashing. PQBDS declarou:

«Nossa luta não é por inclusão em um estado racista, mas por seu desmantelamento».

Essas vozes raramente são ouvidas no discurso dominante ocidental, que prefere tokenizar a queeriness para justificar o militarismo em vez de amplificar as pessoas que vivem em suas interseções.

Então, quando vozes ocidentais zombam ou condenam sociedades árabes e muçulmanas por seu tratamento de pessoas LGBTQ+, raramente é em solidariedade com pessoas queer no terreno. Mais frequentemente, funciona como **tropo islamofóbico** — uma forma de retratar muçulmanos como irremediavelmente intolerantes e indignos de auto-determinação. É uma tática colonial antiga vestida com linguagem progressista.

## A libertação queer está incompleta sem justiça para a Palestina

Quando se diz às pessoas queer que a solidariedade com a Palestina significa alinhar-se com a homofobia, devemos reconhecer a estratégia: **não se trata de proteger vidas queer**. Trata-se de **proteger o poder estatal**.

Afirmar que a libertação LGBTQ+ pertence ao Ocidente não é apenas incorreto — é perigoso. Como mostra a história:

- A homossexualidade **não foi criminalizada em sociedades árabes ou islâmicas** até que potências coloniais europeias impusessem suas leis.
- Violência doméstica e estupro conjugal foram **protegidos legalmente no Ocidente** até bem dentro da era moderna.
- Hoje, **pessoas queer palestinas têm asilo negado por Israel**, mesmo enquanto se promove como utopia queer.

Os sistemas que vigiam pessoas trans nos EUA, deportam solicitantes de asilo queer no Reino Unido e bombardeiam hospitais em Gaza estão interconectados. A libertação queer não pode ser separada da luta anticolonial. Não é caridade; é **estratégia para sobrevivência coletiva**.

«Nossa libertação está entrelaçada», dizem organizadores queer há muito tempo. Não como metáfora, mas como realidade material.

Apoiar a Palestina não é contradição da identidade queer. É seu cumprimento. Ser queer e anticolonial, queer e anti-apartheid, queer e pró-Palestina, não é hipocrisia. É coerência.

A verdadeira solidariedade não nos pede para negar quem somos. Pede-nos para **rejeitar os roteiros escritos pelos poderosos** — aqueles que transformariam nossas identidades em ferramentas de divisão. Pede-nos para ouvir pessoas queer palestinas, apoiar seu direito de existir em toda a sua complexidade, e lutar ao seu lado por um mundo onde ninguém seja deslocado, desumanizado ou privado de dignidade.

Pessoas queer não devem lealdade a impérios que as criminalizaram ontem e as tokenizam hoje. Não precisamos escolher entre nossas identidades e nossos princípios. Não somos acessórios do poder. Somos pessoas. E seremos livres — **juntos**.

## Referências

- Amnesty International. (2022). *O apartheid de Israel contra os palestinos: Sistema cruel de dominação e crime contra a humanidade*.
- alQaws for Sexual & Gender Diversity in Palestinian Society. *Nosso trabalho*.
- Boswell, J. (1980). *Christianity, Social Tolerance, and Homosexuality*. University of Chicago Press.
- El-Rouayheb, K. (2005). *Before Homosexuality in the Arab-Islamic World, 1500–1800*. University of Chicago Press.
- Human Rights Watch. (2021). *A Threshold Crossed: Israeli Authorities and the Crimes of Apartheid and Persecution*.
- Massad, J. (2002). „Re-Orienting Desire: The Gay International and the Arab World.” *Public Culture*, 14(2), 361–385.
- Palestinian Queers for BDS. (2010). *Declaração sobre Pinkwashing*.
- Pinkwashing Israel. *O que é Pinkwashing?*
- Rahman, M. (2014). *Homosexualities, Muslim Cultures and Modernity*. Palgrave Macmillan.
- Perdão Real para Alan Turing. (2013). *Comunicado de imprensa do governo do Reino Unido*.
- Turing, D. (2015). *Prof: Alan Turing Decoded*. The History Press.
- PNUD. (2021). *Ser LGBTI na Região Árabe*.
- Whitaker, B. (2006). *Unspeakable Love: Gay and Lesbian Life in the Middle East*. University of California Press.